

Renegociação pode virar jogo pesado

Se regra de três valesse para política, seria fácil responder à seguinte pergunta: se um compromisso firmado por 20 anos se esvazia em 3, quanto tempo valerá um acordo firmado por 30? A resposta seria 4,5. Os governadores, nesse caso, estariam repudiando em meados do ano 2001 os contratos assinados neste semestre para rolagem das dívidas mobiliárias, isto é, representadas por papéis lançados no mercado financeiro. Mas isso poderá ocorrer mais cedo ou mais tarde, segundo a conveniência e o poder de pressão dos endividados. O poder disponível no momento está sendo mobilizado pela maior parte dos governadores, para negociar de novo — ou re-negociar — as dívidas contratuais reescaladas em 1993.

O reescalamento desses débitos deveria valer por 20 anos, mas a idéia já não deve parecer atraente. Os governadores querem, agora, as mesmas condições acertadas com quem renegociou a dívida mobiliária. Por enquanto, só os governos gaúcho e mineiro fecharam acordo com a União, mas outros, incluído o governo de São Paulo, estão discutindo. O prazo é 30 anos. Os juros, 6% ao ano. São condições melhores que as adotadas no acerto da dívida contratual, mas qualquer outro motivo deverá servir, tam-

bém, para renegar os compromissos desta rodada. Há menos de uma semana, esta hipótese, mencionada em conversa com três governadores, em reunião promovida pelo **Estado**, foi rejeitada com veemência. O fiel cumprimento dos acordos sobre as dívidas contratuais foi o argumento empregado. Mas não pode haver dúvida, hoje, quanto à disposição de renegar facilmente os termos de um compromisso financeiro.

Ninguém está pressionando com ameaça de calote imediato. O jogo é outro e ficou mais claro, anteontem, quando o governador paulista recebeu 18 colegas para uma reunião no Palácio dos Bandeirantes. Segundo o governador do Espírito Santo, Vítor Buaiz, organizador de encontro realizado há duas semanas em Vitória, não vale a pena, mais, discutir com ministros e seus auxiliares. "Vamos continuar conversando com o presidente Fernando Henrique Cardoso", disse. Mas também essa conversa não deve parecer suficiente. Uma comissão de governadores deverá encaminhar ao Senado, segundo se combinou, projetos para



novo acerto das dívidas. Foram indicados para a comissão o governador do Espírito Santo e seus colegas do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, de Alagoas, Divaldo Suruagy, e do Distrito Federal, Cristovam Buarque.

Britto, o primeiro a acertar o refinanciamento da dívida mobiliária, tentou dar um tom de seriedade ao movimento. Segundo ele, só se poderá falar em acordo para os governos dispostos a demitir e a privatizar, ou, mais genericamente, a empenhar-se num programa de ajuste. Mas esse tipo de restrição valerá bem pouco, se o assunto for entregue aos senadores. O Senado, supostamente, é o foro para discussão e composição dos interesses dos Estados, e essa função tem sido até cumprida, ocasionalmente. Mas não é um foro que se tenha distinguido, com frequência, pelo encaminhamento de boas soluções para problemas fiscais. Se os senadores se envolverem a fundo no assunto das dívidas, por solicitação dos governadores, o debate poderá converter-se, em pouquíssimo tempo, num pesadíssimo jogo de pressões de cunho puramente político. No final,

as finanças públicas dificilmente estarão saneadas. Passar esse encargo aos senadores seria pouco recomendável em qualquer circunstância: nada justifica a presença de intermediários numa discussão desse tipo. Com tantos assuntos delicados em debate, como o projeto de reforma administrativa e o tema da reeleição, as condições são ainda menos favoráveis. O risco de contaminação

**Governadores
ameaçam
substituir
discussão da
dívida por pressão
sem disfarce**

entre os diversos problemas é com certeza muito grande. Isso ocorreu, por exemplo, quando a bancada ruralista entrou na negociação das dívidas agrícolas.

Se os senadores, cumprindo a lei, tiverem de sacramentar compromissos entre a União e os Estados, no refinanciamento dos débitos, que seja essa, apenas, a sua interferência. Os contratos devem ser sujeitos, na formulação, a limites definidos por quem conhece as finanças públicas e por elas deve responder. Quando os senadores assumirem essa responsabilidade, e só então, será adequado chamá-los para cuidar de renegociações como essas.